

Jornalista, antropóloga ou nativa?

**Desafios éticos teóricos e metodológicos sobre
múltiplas inscrições no campo de pesquisa**

Mariana Pitasse Fragoso¹

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Neste artigo, descrevo os desafios éticos, teóricos e metodológicos colocados no meu campo de pesquisa em que conjuguei reflexivamente os dilemas em cumprir as tarefas e responsabilidades de meu trabalho com as questões e desenvolvimento da pesquisa etnográfica. Isso porque construí a pesquisa partindo de um olhar particular que não se restringiu ao de uma antropóloga em campo, mas também de uma trabalhadora que participou ativamente da construção de um veículo de comunicação alternativo, chamado Brasil de Fato, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Portanto, de um ponto de vista simultaneamente de etnógrafa, de jornalista e de nativa da própria pesquisa. As análises que apresento aqui, produzidas sobretudo com base na observação participante, partem da descrição resumida do contexto da minha entrada em campo, em seguida, trato sobre as escolhas, as montagens e os conflitos que se apresentaram durante diferentes momentos de construção da pesquisa, da elaboração textual e da divulgação do material finalizado.

Palavras-chave: Ética; metodologia; teoria antropológica; pesquisa de campo; reflexividade; ponto de vista.

¹ Jornalista, doutora em Antropologia e pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC).

Journalist, anthropologist or native?

Theoretical, ethical and methodological challenges regarding multiple inscriptions in the research field

Abstract: In this article, I describe the theoretical, ethical and methodological challenges posed in my field of research in which I combine the dilemmas in fulfilling the tasks and responsibilities of my work with the questions and development of ethnographic research. This is because I constructed the research based on a particular perspective that was not restricted to that of an anthropologist in the field, but also that of a worker who participated in the construction of an alternative communication vehicle, called Brasil de Fato, organized by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Therefore, from the point of view of simultaneously an ethnographer, a journalist and a native of the research itself. The analyzes we present here, produced mainly based on participant observation, start from a summary description of the context of my entry into the field, then I discuss the choices, setups and dilemmas that are faced during different moments of research construction, textual elaboration and dissemination of the finished material.

Keywords: Ethics; methodology; anthropological theory; field research; reflexivity; point of view.

¿Periodista, antropóloga o nativa?

Desafíos teóricos, éticos y metodológicos frente a las múltiples inscripciones en el campo de la investigación

Resumen: En este artículo describo los desafíos teóricos, éticos y metodológicos planteados en mi campo de investigación en el que combino reflexivamente los dilemas en el cumplimiento de las tareas y responsabilidades de mi trabajo con las preguntas y el desarrollo de la investigación etnográfica. Esto se debe a que construí la investigación a partir de una perspectiva particular que no se restringió a la de una antropóloga en el campo, sino también a la de una trabajadora que participó activamente en la construcción de un vehículo de comunicación alternativo, llamado Brasil de Fato, organizado por el Movimento dos Trabalhadores Rurais Land (MST). Por tanto, desde el punto de vista de una etnógrafo, una periodista y una nativa de la propia investigación. Los análisis que aquí presento, producidos principalmente a partir de la observación participante, parten de una descripción resumida del contexto de mi ingreso al campo, luego discuto las elecciones, escenarios y conflictos que surgieron durante diferentes momentos de la construcción de la investigación, textuales. elaboración y difusión del material terminado.

Palabras clave: Etica; metodología; teoría antropológica; investigación de campo; reflexividad; punto de vista.

“Mas o momento etnográfico não ficou comprometido?”, me perguntou um estudante da graduação em Ciências Sociais, durante uma aula da disciplina de métodos em Antropologia², que tinha como tema uma discussão em torno da aproximação e do distanciamento construídos durante a pesquisa de campo para elaboração de uma etnografia. No encontro, eu apresentava a parte introdutória e o primeiro capítulo da minha tese de doutorado (FRAGOSO, 2024a), em que refleti sobre minha tripla vinculação assumida durante a pesquisa: de antropóloga, de jornalista e de nativa.

Segundo a reflexão do estudante, conforme ele mesmo argumentou, não seria possível construir uma etnografia se o pesquisador não estivesse colocado somente como pesquisador, sem outras filiações estabelecidas com os interlocutores e o campo de pesquisa, porque essas outras vinculações poderiam comprometer o desenvolvimento da pesquisa. Enquanto ele falava, traçava paralelos com as etnografias clássicas, em que os antropólogos construíam o campo de pesquisa após percorrer longos caminhos para viver períodos em uma sociedade distante tanto espacial quanto culturalmente, marcando um evidente distanciamento entre “nós” e “eles”, o que, para o estudante, eram “condições ideais” para se desenvolver uma pesquisa.

A Antropologia se funda justamente no exercício da alteridade, como uma ciência em que pesquisadores buscavam compreender outras culturas a partir de sua própria cultura, portanto, se estabelece a partir de um conjunto de dispositivos metodológicos e reflexões teóricas pautados no trabalho de campo e no exercício de relativização cultural. No contexto pós-moderno, a alteridade foi tomando novas formas de representação. Neste momento, de acordo com Clifford Geertz (2000), a Antropologia se depara com um novo problema: a diminuição das diferenças culturais.

O estudante tinha razão quando argumentou sobre a dificuldade em estabelecer distanciamento quando os pesquisadores integram ou fazem parte previamente do que passa a se conformar como campo de pesquisa, conforme vou descrever de maneira mais detalhada ao longo deste texto. No entanto, se equivocou quando considerou impossível o movimento de distanciamento para construir análise nesses casos. Diferente das etnografias clássicas, têm se tornado cada vez mais comum as pesquisas em Antropologia que investigam universos próximos aos pesquisadores. Portanto, pesquisas baseadas em uma “alteridade próxima”, bem diferentes das fundamentadas em uma “alteridade radical”, como defende a antropóloga Mariza Peirano (1999).

Conforme destacam as pesquisadoras Edlaine de Campos Gomes e Rachel Aisengart Menezes (2008), os debates metodológicos em torno do envolvimento entre pesquisador e investigação surgiram em diferentes momentos e níveis de aceitação, como a reflexão de “experiência próxima versus experiência distante”, desenvolvida por Geertz (1983), de “observar o familiar”, de Gilberto Velho

² Disciplina chamada Antropologia V, disponibilizada pelo departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no semestre referido ministrada em conjunto com minha supervisora de pós-doutorado Lucía Eilbaum.

(1978), de transformar o “exótico em familiar” e o “familiar em exótico”, de Roberto Da Matta (1978), o “de perto” e “de dentro” de José Guilherme Cantor Magnani (2002) e, de forma mais recente, através da chamada auto etnografia, com trabalhos, no Brasil, assinados por Fabiene Gama (2020), Daniela Versiani (2005), Anahí Guedes Mello (2019), entre outros. Nesse sentido, a proximidade, o envolvimento e as diversas maneiras de construir inserções no campo de pesquisa ainda hoje são uma questão em permanente discussão na Antropologia.

Em sua fala, o estudante atribuiu uma noção de neutralidade à etnografia vinculada ao distanciamento estabelecido com o que é diferente, desconhecido, distante. Mais do que isso, exprimiu a percepção de que é possível estabelecer uma relação de neutralidade com os interlocutores quando esses são por natureza “estranhos”, como se isso fosse possível e a etnografia não se construísse justamente através da estruturação da relação estabelecida entre interlocutor e pesquisador. Como argumenta Gilberto Velho, a ideia de que o pesquisador veja com “olhos imparciais a realidade, evitando envolvimentos que possam deformar o andamento da pesquisa, vem do raciocínio dos métodos quantitativos, por ‘natureza’, mais neutros e científicos” (2013: 69). Ou seja, uma preterida imparcialidade estabelecida entre pesquisador e objeto, moldada a partir de perspectivas positivistas.

De todo modo, os questionamentos e dilemas colocados pelo estudante trouxeram uma dimensão da complexidade que se apresenta a partir dos múltiplos envolvimentos na pesquisa de campo em que estive inserida. Ou, nas palavras da antropóloga Cláudia Fonseca (2008: 45), “mazelas éticas inescapáveis desse estudo do lado menos oficial, e muitas vezes (visto como) mais transgressor, da vida de nossos contemporâneos perto de casa”. No meu caso, não se tratou só (não que seja pouco) de pesquisar uma realidade que me é familiar, mas também assumir uma inscrição múltipla no campo, inclusive a de nativa da própria pesquisa, o que acrescenta uma importante dose de complexidade ao processo.

Desenvolver uma pesquisa em meu ambiente de trabalho, o jornal Brasil de Fato³, em que me inseri também como militante, não é o mesmo pesquisar somente um grupo social urbano que me é familiar, seja por estilo de vida, hábitos e costumes, classe social, local de habitação ou locais que frequenta. Ao mesmo tempo, é bastante distante de percorrer longos caminhos para viver por um período determinado em uma sociedade distante tanto espacial quanto culturalmente, como comunidades indígenas, ribeirinhas ou quilombolas.

Quero dizer com isso que tomar o jornal, seus trabalhadores e militantes como locus e interlocutores da pesquisa para mim não se tratou somente de construir uma etnografia do que é “próximo”, como também não foi definitivamente fazer uma antropologia dos “outros”. Foi construir uma etnografia que me envolveu como pesquisadora e como pesquisada. Significou analisar também sobre minhas práticas, minhas relações, minha inserção não só do ponto de vista da prática reflexiva que os antropólogos precisam fazer em relação aos seus objetos, mas pensar sobre essas dimensões a partir das outras inscrições. Tudo ao mesmo tempo. Isso quer dizer um enredamento complexo estabelecido em muitas camadas de profundidade.

³ O Brasil de Fato é um veículo de comunicação criado por diversos movimentos sociais com o objetivo de ser “o porta-voz da classe trabalhadora e das lutas populares”. Com 21 anos de existência completos em 2024, passou por diversas alterações neste período e conseguiu reservar seu espaço entre a audiência dos veículos de comunicação alternativa do país. Ao longo de sua trajetória, o Brasil de Fato passou por movimentos de expansão e retração, acompanhando as crises políticas em que estão inseridos os movimentos sociais por trás de sua estruturação.

Somado a isso, não há uma definição bem delineada de quando se inicia de fato a pesquisa de campo, ainda que haja um marco de quando decidi fazer a pesquisa. As margens são largas porque, neste caso, as informações sobre quem se torna interlocutor e sobre o que se conforma como campo de pesquisa eram muito próximas de mim. Como afirma a antropóloga Mariza Peirano (2014), em referência às mais diversas formas de construir pesquisas etnográficas, a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar:

Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (PEIRANO, 2014: 379)

No caso da minha pesquisa, a afirmação sobre “nativos/etnógrafos” tem contornos delineados bastante específicos. Na Antropologia, o termo “nativo” começou a ser usado para marcar a diferenciação e classificação entre pesquisadores e pesquisados. Com o processo de ampliação do campo de pesquisa, surgem vários pesquisadores de dentro de grupos que antes só recebiam “estrangeiros” como etnógrafos, e muitos deles escolhem a sociedade de onde vem como objeto de sua pesquisa, nesse sentido, ocupam o lugar quase liminar de pesquisador que toma como campo de trabalho o seu grupo social, conforme define o antropólogo Wellington da Silva Conceição (2016: 43):

Diferente dos pesquisadores que vêm de fora, esse tem relações com o seu objeto e campo que transcendem o interesse científico: há um sentimento de pertença que resulta dos afetos e demais formas de sociabilidades desenvolvidas e do conhecimento quase intuitivo das práticas e rotinas. Há diversas formas de ser nativo (e de, por consequência, ser um nativo etnógrafo), assim como são diversos os grupos sociais que existem: esses vínculos podem estar relacionados a um movimento social ou cultural do qual se faz parte, a um grupo étnico, a uma comunidade de orientação sexual, a um tipo de pertença baseada na posição espacial (vila, bairro, favela, cidade), entre outros. No caso aqui apresentado, falo da minha experiência a partir um conjunto habitacional, um campo onde estabeleci múltiplas pertenças: mesmo estando ali como pesquisador, minha subjetividade estava marcada pelas minhas experiências anteriores com o grupo e o espaço, como morador (desde os primeiros anos de minha vida) e professor.

E isso tudo tem um efeito impactante porque quer dizer refletir sobre as imbricações de um papel em relação ao outro, ter preocupações profundas sobre as conexões entre lugares, entre funções, entre pessoas, entre diálogos. Essas preocupações e receios surgiram no processo e nas diversas tentativas de materializar informações e transformar em dados de pesquisa⁴.

Nesse sentido, é possível resgatar perguntas que atravessaram minhas reflexões ao longo da construção da pesquisa, como: que desafios estão colocados quando se é, ao mesmo tempo, nativa, jornalista e antropóloga? Quais informações podem ser compartilhadas e quais não? Quais dados são possíveis de serem construídos a partir do que me foi dito enquanto pesquisadora e daí que presenciei e vivenciei enquanto nativa? Por fim, a pergunta chave que norteou todo meu processo: seria realmente possível separar esses papéis?

Foi necessário refletir e exercitar sobre tudo isso para elaborar a pesquisa que teve como fruto minha tese de doutorado. Esses múltiplos envolvimentos e reflexões não são inaugurados com a pesquisa que desenvolvi, pelo contrário, há uma

⁴ Aqui vale a observação de que os “dados coletados” através do campo, como sempre ratificava minha orientadora Lucía Eilbaum, não existem no mundo prontos para serem colhidos. Fazer etnografia é uma tarefa difícil, pois tudo aparece aos nossos olhos como confuso, sem sentido. É uma escolha e uma montagem de recortes de informações, que se transformam em dados de pesquisa.

infinidade de trabalhos na área da Antropologia que descrevem processos pautados em emaranhadas relações de diversas categorias com interlocutores e que não se restringe a de pesquisador em campo. Justamente por isso, neste artigo, tenho o objetivo de apresentar como essas questões foram se colocando no processo de construção da minha pesquisa de campo e, depois, na elaboração da escrita e divulgação do trabalho. Meu intuito, com isso, é pensar a partir dessa experiência sobre questões éticas, teóricas, metodológicas das formas de fazer e construir etnografias.

Entrada em campo: de jornalista à antropóloga

O Brasil de Fato⁵ é um jornal articulado por movimentos sociais que fazem parte do espectro político definido por eles mesmos como “Campo Popular”, capitaneados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e que inclui o Movimento Brasil Popular (antes chamado de Consulta Popular), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Levante Popular da Juventude. Esses movimentos são responsáveis por compor um coletivo, chamado de “conselho político”, nas diferentes regiões onde o jornal é organizado. O grupo é encarregado de instruir uma linha editorial para o veículo e organizar seu financiamento em cada localidade, através do estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições para venda de espaços destinados à publicidade. Também é responsável por espelhar uma estrutura organizativa nos moldes de como funciona sua estruturação.

Minha aproximação com o jornal e com esse grupo de movimentos sociais teve início em 2016, quando fui aprovada para compor a redação localizada no Rio de Janeiro a partir de um processo seletivo para uma vaga de repórter freelancer. Quando me candidatei à vaga, já tinha alguma experiência como jornalista de grandes veículos de comunicação e a motivação em me vincular a um veículo de comunicação alternativo, não só para produzir jornalismo de uma outra forma mas também para contribuir com a militância do MST. Anos mais tarde, a partir de 2018, essa vinculação ultrapassou a relação de trabalho e militância para também ser estabelecida através da construção da pesquisa de campo, como detalho mais a frente neste texto.

Percorri, então, no jornal uma trajetória que perpassou por diversas funções ao longo de oito anos. De março de 2016 até meados de 2024, fui repórter freelancer, depois passei a repórter “efetiva”⁶, em seguida, assumi a função de subeditora e, por fim, a de editora e coordenadora de jornalismo no Rio de Janeiro. O último cargo⁷, que ocupei por mais tempo - somando cinco anos -, não havia sido assumido por um jornalista profissional e não vinculado previamente como militante das organizações políticas que constroem o jornal até então.

Escolhi destacar esse “dado”, que apresentava ares de ineditismo ao lugar que ocupava, no texto do meu projeto de tese. Em resposta, um dos professores que integrou a banca avaliadora questionou o porquê de eu ter chegado a essa função.

⁵ A primeira configuração do veículo de comunicação, após seu lançamento em 2003, foi de um jornal impresso de circulação nacional, em formato *standard*, vendido nas bancas das capitais da região Sudeste, além de um portal de notícias online. Anos mais tarde, em 2013, foi desmembrado em jornais impressos de formato tabloide, com produção e distribuição regional em capitais de 11 estados, sendo o Rio de Janeiro o primeiro deles, além de um espaço no portal online reservado para cada estado em que circula.

⁶ Com efetiva quero dizer que passei a integrar oficialmente a equipe da redação, não houve mudança no regime de contratação, que sempre foi de prestação de serviço.

⁷ O cargo previa o trabalho de edição de notícias para o jornal impresso e site no Rio de Janeiro, conforme a linha editorial do Brasil de Fato. Além da coordenação das atividades dos profissionais de comunicação, que envolviam decisões sobre as funções de trabalho, pautas, remuneração, prazos e planejamento.

A resposta poderia significar um desvio de estrutura - ou do processo ritual - no arranjo das organizações políticas que estavam por trás do Brasil de Fato?

A explicação para mim, à primeira vista, estava longe de responder a esse questionamento e parecia simples. Seguindo a lógica das empresas de comunicação, da qual fui socializada desde a universidade, existia uma “ordem natural” percorrida pelos profissionais, em que os mais jovens são treinados e promovidos para cargos mais altos. Obviamente nem todos passam por esse caminho e aí entram requisitos e explicações que dizem respeito à meritocracia ou às características particulares dos trabalhadores exigidas pelas empresas. No entanto, o que eu acreditava até então era que minhas qualificações e meu treinamento profissional seriam o bastante para ter assumido o cargo. Engano meu.

No exercício de distanciamento e desnaturalização do meu trabalho no Brasil de Fato e aprofundamento da pesquisa de campo percebi que existiam alguns pontos a mais nessa explicação que diziam muito sobre essas organizações políticas e a estrutura do jornal - também com a minha vinculação nesse ambiente.

O principal deles pode ser resumido como o apreço pelo “compromisso” e pelo “engajamento” com a “luta” e na construção das relações de “confiança” - categorias nativas que trabalho de forma mais detalhada em outro artigo que desenvolvi (FRAGOSO, 2024b). Neste texto, cabe dizer que esse ponto se traduz na prática como uma relação nebulosa entre o trabalho profissional e o trabalho militante. Ainda que os jornalistas contratados não sejam em sua maioria militantes⁸ das organizações políticas que estruturam o jornal, há uma valorização - que por vezes se confunde com uma premissa - daqueles que têm grande proximidade com as análises políticas apresentadas pelos militantes e/ou com o modo organizativo estabelecido.

Essa valorização, que é um dos pontos que desenvolvo com mais atenção em minha tese (FRAGOSO, 2024a), abre caminhos para o maior diálogo e reconhecimento que se traduz com o jornalista assumir pautas de maior visibilidade ou mesmo ter mais “entrada” para propor temas para serem trabalhados em notícia e, consequentemente, desempenhar funções importantes dentro da estrutura. Já o esforço enaltecido no ambiente de trabalho pode se manifestar de diversas formas: desde um trabalho acumulado além do que foi combinado até a disponibilidade em tempo integral para atender às diversas demandas de pauta, coberturas e reuniões que são repassadas aos jornalistas.

Na minha experiência, em particular, tive uma percepção do modo organizativo e uma necessidade por adequação. Fui além do que precisava fazer no trabalho diversas vezes para me inserir na lógica do “compromisso” e do “engajamento” na “luta”. Cumpri etapas em um longo processo de provas e testes até ser considerada uma “pessoa de confiança” - como se referiam a mim algumas lideranças das organizações políticas. No entanto, cabe ressaltar que aconteceu de modo processual e não tão intencionalizado como pode parecer no exercício de descrever textualmente. Analisando esse processo, com o olhar de antropóloga, pude identificar e apontar justamente a construção das relações de “confiança” como a espinha dorsal da organização dos movimentos sociais que estruturam o jornal. Com isso quero dizer que a “confiança” orienta as relações entre a militância, ou seja, é elemento estruturante dos movimentos sociais do “Campo Popular”, sobretudo, do MST.

⁸ Houve um período, no início da circulação do Brasil de Fato nacionalmente, por volta de 2003, que os jornalistas contratados - muitos sem remuneração - eram militantes das organizações políticas. Ao longo dos anos essa lógica foi mudando e foram priorizadas as contratações de jornalistas profissionais, seguindo uma ideia de que era necessário “revestir-se de objetividade para garantir sua legitimidade”, contra as acusações de “jornalismo parcial” ou de “assessoria”.

Corda bamba: equilibrando inscrições no campo de pesquisa

Como disse anteriormente neste texto, esse processo de aproximação, inserção e criação de vínculos se conformou em momento anterior ao desenvolvimento da pesquisa. Isso quer dizer que minha entrada no ambiente que se tornou meu campo de pesquisa e o contato com meus interlocutores aconteceu antes de se configurar como campo de pesquisa. Primeiro, fui inserida como profissional, depois assumi tarefas como militante e, por fim, decidi que nesse local e com essas pessoas construiria minha pesquisa de campo. A escolha por iniciar a pesquisa fez parte de um processo de interesse e vinculação que adquiri com o trabalho que estava desenvolvendo no jornal e um maior envolvimento com as organizações políticas que o constroem, sobretudo o MST.

Foi a partir da percepção sobre meu envolvimento com os interlocutores, do interesse nas questões que colocavam e do espaço que estavam abrindo para mim que decidi construir a pesquisa de campo neste ambiente. Um movimento de aproximação que passou a me vincular não só profissionalmente e como militante, mas também como pesquisadora. Apesar de ser um movimento coerente com que vivia no momento, não foi passivo, resisti por alguns meses até aceitar que esse seria o caminho que escolheria percorrer porque já percebia que seria uma conexão permeada de complexidades. Sabia que seria um processo intenso e difícil por ter que manejar relações em um mesmo espaço mas em diversos âmbitos e funções ao mesmo tempo.

Também sabia que a escolha exigiria que fizesse um trajeto diferente de outras pesquisas em Antropologia porque eu já estava inserida e fazia parte do que passou a se configurar como meu campo de pesquisa. As relações de confiança com os colegas que se tornaram meus interlocutores já estavam estabelecidas. Nesse sentido, o trabalho não seria de me apresentar, entrar em campo e tentar construir novas relações, mas manter as relações que existiam a partir de uma posição diferente.

Como descreve a pesquisadora Ana Clara Damásio (2021), quando trata sobre o conforto, desconforto e a surpresa de construir uma pesquisa de campo com seus familiares no interior do Piauí. No seu caso, como ela diz, as dificuldades que se desenrolam em torno de estar tão próximo, no sentido de conhecer tão de perto o quê e com quem se pesquisa.

Como viram, com o “de perto”, o de casa, pode ocorrer conflitos abertos e expectativas outras para as quais eu não esperava no sentido estrito do termo de um pesquisador clássico que, justamente por eu ser da família, surgiam. Eu estava fazendo o caminho inverso ao qual alguns antropólogos são socializados academicamente a fazer. Não estava indo pra lá, estava voltando para dentro. Além disso, quando falo de casa, não me refiro aqui no sentido de uma Antropologia feita nacionalmente. Como virão, me dirijo a uma de mais de perto ainda. (DAMÁSIO, 2021: 8)

No meu caso não se tratava de familiares, mas de amigos, de colegas de trabalho e também - e mais difícil - de mim. Com isso se abria um mundo de medos, apreensões e inseguranças. Medo de colocar meu emprego em risco, medo de que as pessoas se sentissem traídas ou me enxergassem como uma espiã, medo de perder o espaço construído com dedicação nos anos anteriores. Medo de ser vista novamente como alguém “de fora”. Medo de quebrar a “confiança”, essa categoria que identifiquei como um valor primordial para meus interlocutores e o grupo de que fazia parte.

Em momento algum de trabalho, de pesquisa e de militância obviamente não me tornei uma “sem-terra”. Fui agregada à “luta”, mas isso não quis dizer que passei a fazer parte integralmente do coletivo, porque ainda continuei a ser vista e identificada como “de fora”. Assim como outros jornalistas ou militantes que se aproximam, em maioria, como “amigos do MST”. Me tornei uma “lutadora”. Ouvi essa referência a mim em algumas ocasiões, em falas de militantes e membros do jornal. Ser um “lutador” pode ser considerado um dos maiores elogios dentro do léxico manejado por esses movimentos. Quer dizer que ao longo do tempo fui me inserindo - e sendo inserida - na lógica interna dessas organizações que me balizaram a fazer parte da “luta” - ainda que dentro de condições de privilégio - e que, afinal, me tornaram membro de “confiança”.

No meio termo entre ser de “dentro” e ser “de fora”, eu transitava como uma equilibrista em uma corda bamba. A travessia não era feita de mãos vazias, haviam pesos nas duas mãos difíceis de equilibrar: relações construídas, confiança, comprometimento. Entre desenvolver a tese e me dedicar ao trabalho, cada passo parecia um movimento perigoso sem qualquer noção de como terminaria o trajeto.

Como destacam as pesquisadoras Gomes e Menezes (2008), a inserção do antropólogo em um campo já conhecido, mas, sobretudo, vivenciado previamente à incorporação do ethos antropológico, levanta suspeita sobre a autenticidade, verdade ou capacidade de aplicação do método.

Indagações podem surgir: em que medida o antropólogo é capaz de elaborar analiticamente a aproximação e o afastamento em relação ao que é pesquisado quando está inserido no mesmo contexto? Quais os limites do que se pode ou não investigar? A quem é atribuída a tarefa de delimitar a fronteira da diferença com o outro? Qual a importância da demarcação deste limite? (GOMES; MENEZES, 2008: 1)

Em relação à minha pesquisa, essa posição delicada, cercada de dúvidas, limites e aproximações, “abriu portas” ao mesmo tempo em que reivindicou cuidado e discrição em relação ao que poderia ou não ser divulgado, como vou tratar no item a seguir sobre o processo de escrita. Com “abrir portas” quero dizer que como uma pessoa que conquistou um espaço de confiança, as informações me eram repassadas com certa “facilidade”, acompanhadas muitas vezes da afirmativa: “para você posso dizer isso”. Portanto, tive acesso a pessoas, a reuniões e a conversas que me possibilitaram desenvolver a pesquisa de lugar de acessos privilegiados, que seria completamente diferente de um outro pesquisador que visse “de fora” de todo esse contexto em que eu estava inserida.

Ao pensar sobre a maneira como fui açãoada por meus interlocutores quando me perceberam desenvolvendo pesquisa, notei que com o tempo e o amadurecimento da pesquisa, além de “lutadora”, passei a ser enxergada como alguém que produzia análise qualificada sobre jornal. Nesse sentido, comecei a ser consultada para pensar estratégias e decisões, não só da posição de editora, mas de alguém que estava refletindo e elaborando sobre o jornal e suas particularidades. Assim, meus interlocutores me identificavam de maneira que não se distinguia do que me tornei: alguém que elaborava análises qualificadas sobre o veículo e sua organização.

Outro ponto particular desse lugar tríplice que passei a ocupar se colocou em uma complexa via de mão dupla ao ver a pesquisa de campo se desenvolver ao mesmo tempo em que eu participava ativamente do próprio desenvolvimento do que se tornou meu campo de pesquisa, mas que antes disso era meu trabalho e militância, já que colaborei para a construção e funcionamento do jornal, o que resultou imediatamente na produção do campo que tomei como objeto de estudo.

Um ponto relevante que se relaciona com o que Roy Wagner (2010) discute a partir da "A invenção da cultura", com base na compreensão de que criamos a realidade em que vivemos e de como a realidade ela mesma pode nos criar e nos fazer existir. Em termos mais aproximados com as questões da minha pesquisa, o que Silvia Aguião (2014: 118) chama de "produzir o campo e produzir para o campo", que nas palavras da autora envolve "o imbricamento de posicionamentos, nos quais os significados de 'campo' se misturam e intercalam".

Isso porque na prática queria dizer descrever o trabalho dos meus colegas e meu próprio trabalho, contar sobre as decisões tomadas, as conversas e as relações estabelecidas, ao mesmo tempo em que produzia análise sobre isso. Transformar o que antes era rotineiro em dados de pesquisa. Para isso, um primeiro desafio a ser apontado é o de como criticar o próprio trabalho, ou como conjugar reflexivamente as atividades? Como assumir a posição de pesquisadora e quando não? É possível desligar as funções e acionar a que seja necessária para o momento? Como elaborar as análises da pesquisa sem se perder em descrições excessivas ou muito breves sobre os processos e dilemas de pesquisadora em campo?

Essas questões e dificuldades foram surgindo à medida em que a pesquisa se desenvolvia e minhas múltiplas funções coexistiam no campo e na vida. Uma imagem que ilustra bem o processo de amadurecimento da pesquisa são os cadernos de campo. Para tentar criar espaços de diferenciação, tinha dois cadernos: um de campo e um de trabalho. Durante as reuniões de pauta semanais do jornal, que primeiramente aconteciam presencialmente e com a pandemia de Covid-19 passaram a acontecer de modo remoto, eu desenhava as pautas em um caderno, enquanto em outro fazia anotações em que tentava apontar análises embrionárias para a pesquisa.

Quando comecei o trabalho de reler as anotações para sistematizar os dados do campo, percebi que eles se complementavam e faziam parte de uma mesma racionalização. Ainda que eu quisesse dividir didaticamente, não era possível criar uma barreira, uma divisão delimitada, os papéis estavam coexistindo o tempo todo. Somente após aceitar e entender essa particularidade da minha condição, foi possível assimilar isso.

Dentro desse contexto, assumi a postura de não relembrar a todo o tempo que, além de trabalhar, estava produzindo pesquisa neste mesmo ambiente. Portanto, não demarquei publicamente todas as situações em que estava assumindo a função de pesquisadora ou de jornalista. Ainda que para dar corpo à pesquisa, precisasse pensar sobre os episódios que vivenciei e produzir a análise a partir de um distanciamento intencional: como se houvesse momentos em que as facetas de antropóloga e de jornalista trocassem o primeiro plano de visão. Distanciamento para elaborar pontos importantes e que me fizeram enxergar que os lugares que ocupava não eram esferas separadas e necessariamente conflitantes, formavam o que fui e sou: uma antropóloga que estudou o veículo de comunicação em que trabalhou como jornalista e que se dedicou como militante.

Relacionada a essas questões, um outro ponto que ganha relevância versa sobre o desconforto ou o desafio relacionado ao uso dos dados de pesquisa e sobre como negociar a utilização do material do dia a dia do trabalho como fonte para a pesquisa. Considerando o compromisso ético com os interlocutores, o que pode ser tratado como material de campo divulgável e o que não pode? Onde e como estabelecer uma fronteira? É no momento da escrita, sobretudo, que as respostas para esses questionamentos se materializam.

O que entra e o que sai: dúvidas e angústias do momento da escrita

Sempre dá um pouco de medo de finalmente sentar-se em frente ao computador e começar a etapa da escrita formal, por assim dizer. Escrever é sem dúvida reescrever; você faz e refaz cem vezes o mesmo parágrafo, e às vezes joga um capítulo inteiro no lixo e volta a escrevê-lo com mudanças importantes. Mas a verdade é que, uma vez escrita uma ideia ou uma cena, essa imagem já fica de certo modo aprisionada pela realidade, manchada pela forma que você deu. (MONTERO, 2023: 25)

O parágrafo foi estruturado pela jornalista e escritora espanhola Rosa Montero, mas poderia ter sido redigido por mim ou por outro profissional que tem a escrita como ferramenta de trabalho. É comum sentir esse medo, como ela diz, ou uma angústia, eu diria, ao sentar ao computador para começar a etapa formal da escrita. No caso de Rosa, que compartilha comigo a mesma profissão, a dificuldade descrita faz parte do processo de produção de um livro literário, portanto, não se trata de entraves que acompanham a produção de textos diários, com a urgência pautada pelo *deadline* do jornalismo, mas de textos que exigem uma outra relação de dedicação, de pesquisa e de envolvimento. No meu caso, o texto em questão se trata de uma etnografia, além de toda a complexidade expressa em bloqueios comuns no momento da escrita, o principal motivador deles é o que venho destacando ao longo deste artigo: meu envolvimento múltiplo.

Ana Clara Damásio (2021) também descreve de forma similar a dificuldade em dar o pontapé na escrita de sua dissertação. O entrave que descreve se relaciona também com a posição de envolvimento com sua pesquisa e seus interlocutores: por se tratar de membros da sua família se questionava a todo momento sobre os conflitos que poderiam surgir com a materialização das conversas e das observações em dados de pesquisa.

Devo confessar que minha escrita em relação ao meu campo ficou travada por um bom tempo e nem tenho plena consciência [se é que alguma vez a temos] se ela está destravada no momento. Essa trava ocorreu pelo medo de deixar explícito a ocorrência de episódios como o acima descrito. Por que eu tinha medo de demarcar que fazer pesquisa com os parentes era uma relação também conflituosa? Por que eu não considerei inicialmente minhas parentes como um campo possível? (DAMÁSIO, 2021: 7)

A escrita da minha tese também ficou travada por um bom tempo. Não foi fácil descrever detalhes sobre minha pesquisa de campo, não por uma dificuldade técnica, como disse nos parágrafos anteriores, já que conheço bem as diferenças entre os formatos de elaboração textual - uma vez que escrever faz parte do meu cotidiano. Eu escrevo para pagar minhas contas, escrevo porque sou jornalista, escrevo para a pesquisa, escrevo porque eu gosto de comunicar uma informação “nova”, escrevo todos os dias, quase o dia todo. Portanto, escrever enquanto atividade não é o problema⁹.

No entanto, muitos receios surgiram na tentativa de apresentar os dados de pesquisa, assim como no caso de Damásio. As diferentes posições se conformaram como desafios constantes para pensar uma divisão entre o que era relevante ou não para a construção da etnografia; do que poderia prejudicar ou não os meus interlocutores ou o projeto do Brasil de Fato; também o que poderia ser danoso para as relações de confiança e trabalho estabelecidas com os movimentos sociais em que trabalho em parceria; por fim, as questões em torno de quais seriam eventualmente limites éticos ao que poderia ou não ser narrado e como.

⁹ Analiso os processos de escrita no jornalismo e na antropologia em outro artigo publicado com o título “Precisa anotar tudo nesse caderninho?”: reflexões sobre construções textuais no Jornalismo e na Antropologia, na Revista Ambivalências.

Todos esses questionamentos se desvelaram na hora da escrita justamente porque esse momento da pesquisa é perpassado também pela questão do lugar de onde fala o antropólogo. Escrever e elaborar questões desse lugar de desconforto foi possível em um período bastante adverso: durante a pandemia de Covid-19. O isolamento em casa e a suspensão das atividades do jornal no Rio, nos primeiros meses de 2021¹⁰, foram elementos que tornaram possível acessar um lugar de distanciamento que eu não tinha conseguido acessar ainda enquanto estava trabalhando na rotina diária.

E nesse processo de distanciamento necessário, não estranhei apenas o “outro”: o processo me afetou, pessoalmente. Uma sensação - que poderia ser explicada também por argumentos psicológicos - de não pertencimento nem ao lugar de pesquisadora, nem ao lugar de jornalista e nem de militante. Seria essa a sensação genuína dos antropólogos? “Seres desenraizados” – como Claude Lévi-Strauss (2005) definiu um “legítimo antropólogo”. Diante dos conflitos, preferi pensar que me situei em espaço híbrido e tive como desafio constante, como menciona Lígia Sigaud, (2000: 92) “não me deixar seduzir pelas representações nativas, sobretudo por aquelas que mais agradam à nossa visão de mundo”.

Para conseguir destravar e iniciar a escrita, além do distanciamento em relação ao campo de pesquisa, foi necessário entender que a construção da etnografia, como qualquer produção reflexiva, é também uma seleção do que pode e deve ser divulgado. Uma reflexão que evidencia nossas amarras éticas e morais na hora de transformar informações em dados de pesquisa e tornar público, prestando atenção para o fato de que nem tudo é passível de exposição pública e que os limites são sempre negociados. Minha escolha, afinal, se relacionou com o desenvolvimento do argumento central da pesquisa e também com um compromisso com os interlocutores para que não fossem expostos de modo desnecessário e, sobretudo, prejudicial. Esse trabalho de edição, que consiste na seleção de determinadas passagens e exclusão de outras que vivenciamos no campo de pesquisa e registrarmos nos cadernos de campo, faz parte também de uma preocupação ética inerente à construção das etnografias: descrever o máximo possível sem criar situações constrangedoras para os interlocutores.

Conforme resume o antropólogo Vicente Crapanzano (1991), a decisão final sobre como selecionar e montar o conteúdo da etnografia, ainda que com caráter dialógico com os interlocutores, é do pesquisador.

O recorte do material supõe ocultar dados por vezes esquecidos, propositadamente, em gavetas. É o antropólogo que, em suas etnografias, mesmo dialógicas, tem o controle final sobre a palavra. Ele decide selecionar, editar, publicar, fornecer o contexto apropriado e a orientação teórica, o que não é exceção na investigação antropológica, pois, por mais distante que seja o objeto de pesquisa – da inserção social, das referências culturais e da própria cosmologia do pesquisador – há, em algum plano, certo nível de identificação com o tema e com a questão. (CRAPANZANO, 1991: 76)

A antropóloga Marilyn Strathern (2013), por sua vez, compara a construção do texto etnográfico com uma ficção persuasiva. Dessa forma, não adianta só elaborar o texto e apresentar a pesquisa, mas que os leitores têm que ser convencidos da existência de uma verossimilhança, por isso os antropólogos buscam estratégias discursivas que façam com que os leitores acessem a experiência que está sendo descrita.

Preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, a construção de uma ficção persuasiva: uma monografia precisa estar arranjada de tal maneira que possa

¹⁰ A produção foi paralisada na redação do Rio de Janeiro nos primeiros meses de 2021 por falta de verbas para manter a remuneração dos jornalistas.

expressar novas composições de ideias. Essa se torna uma questão sobre sua própria composição interna, a organização da análise, a sequência pela qual o leitor é introduzido a conceitos, o modo como as categorias são justapostas ou os dualismos são invertidos. Dessa forma, quando o escritor escolhe (digamos) estilo “científico” ou “literário”, ele assinala o tipo de ficção que faz; não se pode fazer a escolha de evitar completamente a ficção. (STRATHERN, 2013: 45)

Nesse sentido, para a autora, é como se o desejo literário e persuasivo fosse inerente à produção de todo texto. O texto etnográfico, por sua vez, se aproxima do literário porque busca certo efeito sobre o leitor. No entanto, ainda que busque um certo efeito, a autora defende que não deve jamais ser submetido a distorções visando a produção de efeitos particulares.

Entre as estratégias e negociações para construção do texto que estabeleci com meu próprio material de pesquisa, encontrei como caminho não utilizar os nomes dos meus interlocutores e me referir a eles a partir da função que exerciam no meu campo de pesquisa, pautada em resguardar suas identidades e evitar inconvenientes. Dessa maneira também consegui contribuir para um dos argumentos da tese, que foi uma análise sobre a forma organizativa do conjunto de movimentos sociais que estruturam o jornal. A partir da definição das funções – e não dos nomes – ficava também mais didático visualizar as posições que as pessoas ocupavam nas relações de poder estabelecidas pelos movimentos sociais, operada também no veículo de comunicação e traçada a partir de uma divisão hierárquica.

Foi um alívio enorme assumir essa estratégia. Não utilizar os nomes não foi uma exigência feita por meus interlocutores, mas que entendi que fazia parte do cuidado que eu deveria ter com o material coletado. Claro que quem conhece de perto o jornal, sabe nominalmente a quem estou me referindo, mas a maior parte das pessoas que pode entrar em contato com o texto não, então, é uma escolha que resguarda em alguma medida as pessoas envolvidas.

A omissão dos nomes reais é prática comum em etnografias que os antropólogos optam por preservar os interlocutores. Cláudia Fonseca (2010) destaca justamente que essa não é uma opção que soluciona todos os problemas em relação a identificação dos interlocutores, porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais – tanto do local, quanto do indivíduo – não é difícil para qualquer pessoa próxima reconhecer cada personagem, que seja nomeado ou não. O pesquisador, nesse sentido, “anda numa corda bamba, procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia” (FONSECA, 2010: 9). A pesquisadora defende sobretudo que o distanciamento inerente à ética do antropólogo não precisa se resumir apenas a este artifício, mas na combinação do engajamento pessoal e do olhar analítico - o que se tornou um objetivo a ser seguido por mim.

O entendimento de que deveria resguardar o máximo que conseguisse as pessoas e o ambiente do jornal e dos movimentos sociais era claro para mim desde antes da pesquisa de campo ter início por dois motivos principais. Primeiro porque, como disse anteriormente, a “confiança” é um valor primordial para esse grupo de militantes e eu ocupava um lugar de “confiança”, e segundo porque apesar de se tratar de um veículo de comunicação, as informações não circulam de maneira linear. Na lógica de organização dos movimentos sociais que o constroem, a ocultação de informações é ferramenta de “segurança interna”, uma vez que revelar publicamente todas as estratégias de organização se torna sinônimo de vulnerabilidade, também faz parte da organização que as informações sejam compartilhadas abertamente apenas entre membros que assumem posições de liderança e coordenação, portanto, que têm poder decisório.

Além disso, durante a pesquisa de campo, meus interlocutores compartilhavam mais informações comigo nos corredores, nas ligações, nas mensagens de WhatsApp, nas reuniões, nos encontros informais. No momento das entrevistas formais, agendadas previamente, acionavam discurso “oficial” falando o que poderiam compartilhar com o grande público. Nesse sentido ficava claro que minha posição enquanto jornalista e nativa que ocupava local determinado na estrutura do jornal permitia acessar informações que não poderiam ter o mesmo conteúdo compartilhado para a pesquisa. No entanto, ainda que o momento das entrevistas marcasse uma parte formal do andamento da pesquisa para meus interlocutores, os momentos em que a pesquisa ocorria não eram delineados e separados, como disse anteriormente. Não havia uma chave que eu poderia ligar e desligar. Não havia um limite rígido na hora em que eu tinha uma conversa com meus colegas de trabalho em um bar sobre o jornal e quando estava produzindo análises para a pesquisa. Os limites, neste contexto, se mostravam a todo tempo nublados.

Nesse ambiente emaranhado de relações, o compartilhamento de informações bastante restrito entre quem faz parte do grupo de militantes e jornalistas mostrou que não era de interesse que fossem divulgados detalhes sobre os movimentos sociais. Então, além de ocultar os nomes, foi preciso adotar como estratégia metodológica e também discursiva a seleção e a descrição de episódios escolhidos das anotações do meu caderno de campo - como descrições de casos ilustrativos para as análises. Dessa forma, pude limitar o que deixaria de fora e o que descreveria.

As análises e caminhos percorridos não seriam possíveis de serem construídos se não tivesse voltado meu olhar para o que era um dos maiores desafios da construção da pesquisa: enfrentar o medo de expor informações do ambiente, das relações e das pessoas que fizeram parte do meu campo de pesquisa. Pensar sobre porque foi tão difícil selecionar e colocar no papel os episódios e as experiências que presenciei em campo, seja como trabalhadora, seja como militante, seja como antropóloga, foi um exercício reflexivo importante para perceber que justamente neste ponto se amarravam os nós que eu precisava olhar com atenção para desatar e construir o texto final.

Considerações finais

Os dilemas encontrados no campo de pesquisa e a complexidade do meu tríplice posicionamento, conformaram um efeito perturbador, em especial na hora de elaborar a etnografia e construir a escrita do trabalho, mas não impossibilitaram o desenvolvimento da pesquisa. Pelo contrário. Essas dificuldades trouxeram à tona reflexões acerca de todo o processo que se tornaram parte estruturante do trabalho final e também que colocaram questões éticas, metodológicas e teóricas importantes de serem compartilhadas sobre as construções etnográficas.

O acesso facilitado a lugares, pessoas e conversas foi permitido a partir do meu trabalho como jornalista e militante, mas ao mesmo tempo a seleção do que poderia ser compartilhado na etnografia foi um trabalho árduo. Os recortes e a montagem do que se tornou a tese foram possíveis com meu próprio reconhecimento como antropóloga, que não veio de modo instantâneo, mas a partir do contato com outros antropólogos, outras etnografias e com o amadurecimento da pesquisa.

Como bem resume Ana Paula de Miranda (2001: 17), nas considerações finais de seu artigo chamado “Segredos e mentiras, confidências e confissões: reflexões

sobre a representação do antropólogo como inquisidor”, em analogia que retoma personagens da mitologia grega, “cabe ao antropólogo o desafio de cumprir a missão Hermes, dar sentido ao sentido, sem contrariar a promessa feita a Zeus de jamais mentir, e nem revelar toda a verdade”.

Assim como a autora sintetiza, tive que aprender a selecionar as passagens e fragmentos que tive contato durante a pesquisa, ou seja, dar sentido ao que me era relatado, mas com a preocupação ética de resguardar meus interlocutores, o mesmo que não mentir e nem revelar tudo o que tive contato. Um verdadeiro quebra-cabeça.

O caminho cheio de dúvidas e questionamentos não se esgotou com o ponto final dado no último parágrafo das considerações finais. Quando entreguei a tese, a banca avaliadora a indicou para ser publicada em formato de um livro, o que se confirmou no mesmo ano ao ser selecionada para compor a coleção Conflitos, Direitos e Sociedade, do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT/InEAC/UFF)¹¹. Depois da alegria pela publicação, veio novamente a angústia. Enquanto as preocupações se resumiam à construção da tese e à avaliação da banca, era uma coisa, mas e quando o texto chegasse à militância dos movimentos sociais? E se eles não gostassem? Em alguns momentos, não sabia se preferia que saísse ou não saísse.

Com as revisões finais e a entrega para a gráfica, revi o material por inteiro e cheguei à conclusão, apesar dos receios, que a circulação é o caminho que a pesquisa deve percorrer e que o texto foi construído e finalizado com todo o cuidado ético que eu deveria ter como pesquisadora. O respaldo da pesquisa estava justamente em todo o processo reflexivo, que me fez pensar minuciosamente sobre as questões éticas em torno da exposição do campo e dos meus interlocutores, a construção das estratégias para apresentar os dados e o respeito ao argumento central da pesquisa.

*Recebido em 16 de setembro de 2024.
Aprovado em 25 de outubro de 2024.*

FRAGOSO, Mariana Pitasse.
Jornalista, antropóloga ou nativa?

¹¹ O livro se chama “*Confiar, desconfiando*”: uma etnografia sobre confiança, política e informação em um jornal alternativo”, publicado em julho de 2024.

Referência

- AGUIÃO, Silvia. "Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre 'movimento social', 'gestão governamental' e 'academia'". In: CASTILHO, S.; LIMA, A.; TEIXEIRA, C. (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. pp. 115-126.
- CLIFFORD, James. "Poder e Diálogo na Etnografia: a iniciação de Griaule". In: *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022. pp. 179-226.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. "Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo?" Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertenças ao campo. *R@U, Revista de Antropologia da UFSCar*, 8 (1): 41-52, 2016.
- CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. *Anuário Antropológico*, 88: 59-80, 1991.
- DAMÁSIO, Ana Clara Sousa. Etnografia em Casa: entre parentes e aproximações. *Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 16 (2): 1-32, 2021.
- DAMATTA, Roberto. "O Ofício de Etnólogo, ou como Ter 'Anthropological Blues'". In: NUNES, Edson de Oliveira. (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 23-35.
- FRAGOSO, M. "Confiar, desconfiando": uma etnografia sobre confiança, política e informação em um jornal alternativo. Rio de Janeiro: Autografia, 2024a.
- FRAGOSO, M. "Mais que uma ideia na cabeça": mística, luta e confiança em torno do boné do MST. *Temáticas*, 32 (63): 192-219, 2024b.
- FRAGOSO, M. "Precisa anotar tudo nesse caderninho?": reflexões sobre construções textuais no Jornalismo e na Antropologia. *Ambivalências*, 12 (23): 9-29, 2024c.
- GAMA Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla, *Anuário Antropológico*, 45 (2): 188-208, 2020.
- GEERTZ, Clifford. "From the Native's Point of View": on The Nature of Anthropological Understanding". In: *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 1963. pp. 55-70.
- GOMES. Edlaine de Campos; MENEZES, Rachel Aisengart. Etnografias possíveis: "estar" ou "ser" de dentro. *Ponto Urbe – Revista do Núcleo De Antropologia Urbana da USP*, 3, 2008.
- FONSECA, Cláudia. "O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'". In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. pp. 205-227.
- MAAS, Mateus Henrique Zotti. Quando o "nativo" é pesquisador. Notas sobre o trabalho de campo no Santo Daime. *Ponto Urbe Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 17, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 11-29, 2002.

MELLO, Anahí Guedes de. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFSC, 2019.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Segredos e mentiras, confidências e confissões: reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor. *Comum (FACHA)*, 6 (17): 91-110, 2001.

MONTERO, Rosa. *O perigo de estar lúcida*. São Paulo: Todavia, 2023.

PEIRANO, Mariza. "Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)". In: MCELII, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia (volume I)*. São Paulo: Sumaré, 1999. pp. 225-266.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 20 (42): 377-391, 2014.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VERSIANI, Daniela G.C.B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VOLUME 12
NÚMERO 29
(MAI./AGO.2025)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE ABRIL
DE 2025

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

MÍDIAS DIGITAIS E SUAS

IMPLICAÇÕES NA VIDA COTIDIANA:
CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS

COORDENADORXS:

DRA. CAROLINA PARREIRAS (USP)

DRA. LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI (UFPR)

Este dossiê temático tem como objetivo principal reunir investigações sobre as complexas relações entre cultura, sociedade e mídias digitais. Pretende abordar uma variedade de tópicos interligados, incluindo a midiatização de diferentes aspectos da vida social, os chamados processos de plataformação e digitalização da vida, o desenvolvimento dos formatos de comunicação digital, a influência das mídias nas identidades individuais e coletivas, os aspectos metodológicos em torno da realização de pesquisas que se utilizam (ou tomam como foco) o digital, e questões éticas relacionadas à privacidade e à participação digital. Assim, buscamos compreender como a midiatização afeta e é afetada por diversas esferas sociais, examinando suas implicações culturais, políticas e nos processos de subjetivação. Além disso, exploraremos como as mídias digitais estão moldando as formas de comunicação e interação entre indivíduos e comunidades, bem como seu papel no ativismo e na mobilização políticas que constituem esses territórios, assim como sobre os efeitos antropológicos de estar, ou ter estado, neles.